

Arqueologia Pública e a preservação do patrimônio cultural pré-colonial maranhense: diagnóstico sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís – Maranhão

Arkley Marques Bandeira

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Pinheiro, MA, Brasil
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7646-7526>
E-mail: arkleybandeira@gmail.com

Resumo: O propósito deste artigo é apresentar um diagnóstico situacional sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís, no Maranhão, a partir da elaboração de um roteiro para identificação e caracterização do estado atual desses sítios arqueológicos. Ao tomar por base os marcos teóricos da Arqueologia Pública e suas interfaces com a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, que enfatiza o papel político dos arqueólogos e de suas pesquisas em prol da gestão dos bens arqueológicos, para além de sua importância como objeto de investigação, mas como um bem difuso e coletivo, no qual a sociedade tem amplo direito à sua fruição. Para tanto, foi elaborada uma ficha de avaliação padrão com base nos parâmetros já existentes na Ficha de Cadastro dos Sítios Arqueológicos do IPHAN, adaptando-a ao contexto da pesquisa e natureza dos sítios arqueológicos diagnosticados. Os resultados obtidos demonstraram que a maioria dos sambaquis da Ilha de São Luís está em vias de destruição total, sobretudo, pelo avanço da cidade, construções irregulares, retirada de terra preta para plantio e o desconhecimento da legislação federal de proteção do patrimônio arqueológico, questões agravadas pela falta de fiscalização e punição dos responsáveis pela destruição dos sítios. Como medida compensatória e mitigadora para proteção dos poucos remanescentes ainda passíveis de proteção propõe-se um amplo programa de pesquisas com a extroversão desse conhecimento por meio de atividades de educação patrimonial, que enfoquem a importância do patrimônio arqueológico para a história, a memória e a identidade da população maranhense.

Palavras-chave: Arqueologia Pública; Sambaquis; Diagnóstico; Preservação; Ilha de São Luís.

Public Archaeology and the preservation of the Pre-Colonial Cultural Heritage of Maranhão: diagnosis on the preservation status of the Ilha de São Luís shell mounds

Abstract: The purpose of this article is to present a situational diagnosis on the state of preservation of the sambaquis at São Luís - Maranhão Island, based on the elaboration of a script to identify and characterize the current state of these archaeological sites. We take as a base the theoretical frameworks of Public Archeology and its interfaces with the protection and preservation of the archaeological heritage, which emphasizes the political role of archaeologists and their research in favor of the management of archaeological goods beyond its importance as an object of investigation, but as a diffuse and collective good, whose society has a wide right to its enjoyment. For this purpose, a standard evaluation form was developed based on the parameters already existing in the Register of Archaeological Sites of IPHAN, adapting it to the context of the research and the nature of the archaeological sites diagnosed. The results obtained showed that most of the sambaquis of the Island of São Luís are in total destruction, mainly due to the city's advance, irregular constructions, withdrawal of black earth for planting and the lack of knowledge of the federal legislation to protect the archaeological heritage, issues aggravated by the lack of

supervision and punishment of those responsible for the destruction of sites. As a compensatory and mitigating measure to protect the remaining remnants still subject to protection, a broad research program is proposed with the extroversion of this knowledge through patrimonial education activities that focus on the importance of archaeological heritage for the history, memory and identity of the population maranhense.

Keywords: Public Archeology; Shell mounds; Diagnosis; Preservation; Ilha de São Luís.

Texto recebido em: 26/02/2018

Texto aprovado em: 20/03/2019

Introdução

A inserção de uma arqueologia concebida como uma forma de ação social e política no presente (TILLEY, 1998), as implicações sobre o papel do arqueólogo na construção subjetiva do passado (TRIGGER, 2004) e na escolha do que se deve estudar e se preservar, em termos de patrimônio arqueológico, são tópicos que ocupam a agenda de um número cada vez maior de profissionais. A identificação do paradigma pós-processual com o relativismo e com a aceitação de uma diversidade de pontos de vista (HODDER, 1999) vem inaugurando uma série de questões e problemáticas até então não abordadas pela arqueologia.

Apesar disso, como bem pontuou Christopher Tilley (1998), a elite profissional ainda decide, baseada em seus próprios conhecimentos, as reivindicações mais interessantes e o que o público deve dizer sobre seu próprio passado. Tal constatação também é observada por Funari (2001a; 2001b), que, a partir de uma visão da América Latina, observa que a arqueologia foi tradicionalmente uma disciplina desinteressada das implicações mundanas de sua prática e que os arqueólogos estavam acostumados a trabalhar lentamente e inclinados a ignorar o que acontecia ao seu redor (MC GIMSEY III, 1972).

Atualmente, o reconhecimento de que a arqueologia não está livre de seus laços sociais e políticos e que os arqueólogos sempre trabalham pressionados por questões colocadas pela própria conjuntura e sociedade (UCKO, 1995) desmistificou o conceito de objetividade e neutralidade científica para esse campo do conhecimento. Mesmo porque nenhuma atividade arqueológica é um ato prático (HODDER, 1986). Uma arqueologia apolítica é um mito acadêmico perigoso. Toda arqueologia é arqueologia política (TILLEY, 1998).

As implicações advindas dessas questões redefiniram alguns posicionamentos no campo arqueológico, a exemplo da falta de interação dos arqueólogos com a sociedade (FUNARI, 2001a), da necessidade desses profissionais compreenderem criticamente os processos econômicos, sociais e culturais pelos quais a arqueologia e o patrimônio estão envolvidos (HODDER, 1999), da influência política e ideológica que a arqueologia pode exercer no presente (FUNARI, 1995), do papel da arqueologia na preservação do patrimônio arqueológico, do envolvimento e do retorno ao público (REDMAN, 2005), entre outras temáticas.

O crescente profissionalismo da arqueologia ampliou o seu leque de envolvimento público, instituindo novas discussões, como a gestão do patrimônio cultural, a proteção de sítios subaquáticos, o combate à pilhagem e o comércio ilícito de bens arqueológicos, a destruição de sítios por fatores antrópicos, o direito de acesso dos grupos étnicos aos seus lugares tradicionais (hoje sítios arqueológicos), a devolução de esqueletos, o repatriamento de bens espoliados ou pilhados em guerras, o retorno público das pesquisas, a imagem da arqueologia nos meios de comunicação, etc.

Dentre os temas citados, este artigo trata da problemática relacionada à proteção do patrimônio arqueológico da Ilha de São Luís, no Maranhão, apresentando como estudo de caso um diagnóstico situacional do estado de preservação dos sambaquis, que apontou para a destruição sistemática desses bens arqueológicos por atividades antrópicas ilegais, a exemplo da edificação irregular, extração de conchas para pavimentação de estradas, retirada de terra preta para jardinagem e a expansão urbana e imobiliária sobre áreas outrora preservadas.

Pretende-se também alertar as autoridades responsáveis pela proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro sobre a problemática aqui exposta e propor medidas que possibilitem o envolvimento da sociedade na proteção e salvaguarda desses testemunhos do passado pré-colonial maranhense, ao utilizar como pano de fundo as bases referenciais da Arqueologia Pública. Nesse contexto, assume-se a premissa de que a arqueologia pode e deve adotar uma postura crítica e combativa em diferentes vertentes, o que fortalece sua inserção pública na contemporaneidade. O principal mecanismo para reversão desse quadro de destruição é fomentar políticas públicas que estimulem o envolvimento da sociedade em ações de reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio arqueológico maranhense.

Arqueologia Pública e a proteção do patrimônio arqueológico maranhense

A arqueologia vem paulatinamente aproximando-se da sociedade ao ponto de ter surgido um ramo mais específico da disciplina, denominado de Arqueologia Pública. Este termo foi observado pela primeira vez na literatura arqueológica, segundo Nick Merriman (2004), na obra de Charles R. Mc Gimsey III, denominada *Public Archaeology*, em 1972. Naquele momento, o termo estava associado a exigências práticas de um órgão estadunidense denominado de *Management Resource Cultural* (CRM) ou Gestão / Administração de Recursos Culturais dos EUA. Um dos elos do CRM com a arqueologia se dava por meio do fortalecimento da disciplina junto ao público, no intuito de convencer os legisladores e os investidores sobre a necessidade de proteção dos sítios arqueológicos. Charles Mc Gimsey III buscou desenvolver projetos que envolvessem o manejo de áreas arqueológicas, financiamento público de pesquisas, treinamento de pessoal, participação social e proteção do patrimônio arqueológico em vias de destruição.

A partir desses exemplos, a Arqueologia Pública pode ser compreendida como todos os aspectos públicos da disciplina, incluindo tópicos como ativismo, políticas públicas culturais, legislação, educação, religião, paisagem, agência, identidade, etnicidade, temáticas indígenas, feministas, de gênero, *queer*, simétricas, colaborativas, comunitárias e sensoriais, que, quando associadas a novas abordagens sobre a arqueologia contemporânea, influenciam o fazer científico da disciplina na contemporaneidade.

Diante do exposto, a Arqueologia Pública deve ser entendida como algo maior que a tradicional comunicação com o público, pois ela se move em direção ao mundo real de fortes conflitos sociais e econômicos (FUNARI, 2001a), e visa estimular o envolvimento público com a arqueologia. As emergências dessas temáticas estão ganhando *status* de escolas de pensamento, favorecendo a abertura teórica e o surgimento de outras vertentes que desafiam as posições hegemônicas da disciplina. Cristóbal Gnecco as denominou de arqueologias alternativas:

As arqueologias alternativas podem ser descritas como práticas afastadas dos principais princípios disciplinares. Elas podem até mesmo ser vistas como um desafio à hegemonia desfrutada pela arqueologia acadêmica / positivista por tanto tempo, uma dominação construída por um consentimento hoje despedaçado. As perspectivas feministas e indígenas têm sido destacadas como as propostas dissidentes mais relevantes dentro da disciplina, rotuladas como

arqueologias alternativas quando totalmente desenvolvidas em programas por conta própria. (GNECCO, 2012, p. 14)

Essa multiplicidade de abordagens demonstra a maturidade crescente no pensamento arqueológico que estimula debates sobre distintos pontos de vista, demonstrando o quão são multifacetadas e complexas as visões e versões sobre o passado. No mesmo caminho, as abordagens sobre as narrativas arqueológicas não devem se encerrar na ortodoxia das escolas de pensamento. A este respeito, Schiffer (1997) propõe um esforço coletivo para a construção de pontes intelectuais entre os diversos programas teóricos existentes na arqueologia, com o objetivo de buscar diálogos construtivos e que possam envolver o público sobre a proteção dos bens arqueológicos.

Não obstante, a preocupação com a proteção e a preservação do patrimônio arqueológico não é um tema recente para a arqueologia, mesmo em escolas de pensamento mais tradicionais. Contudo, o envolvimento dos profissionais com tais problemáticas só ganhou destaque recentemente, quando se iniciaram os debates acerca do caráter finito e não renovável dos bens arqueológicos¹.

A “perda da inocência”, parafraseando David Clarke (1973), ocorreu com a destruição acelerada dos sítios arqueológicos, a partir do século XIX, causada, principalmente, pela expansão da agricultura e pela rápida escalada populacional mundial (CLEERE, 1990). Soma-se a isso, a ocupação urbana das áreas costeiras e florestadas, os fortes investimentos em infraestrutura para construção de estradas, hidroelétricas, parques eólicos, redes de transmissão, portos, dutos, redes de drenagem, etc. Além de fatores mais impactantes e que dificultam o controle dos poderes públicos (MC GIMSEY III, 1972), como as guerras, as pilhagens, os contrabandos e as vendas ilícitas de bens arqueológicos. Atualmente, tal quadro é ainda mais complexo, pois as formas de destruição têm se tornado muito mais poderosas (BRODIE; TUBB, 2002) e a quantidade de bens culturais destruídos por todos os lugares pode ser presumida como vasta, simplesmente por causa do crescimento quase ilimitado do desenvolvimento contemporâneo (CAMERON, 2000).

Tal situação faz coro com o que alertaram Brodie e Tubb (2002), quando afirmaram que o fortalecimento de agendas desenvolvimentistas das nações é a principal causa, mas não a única, de destruição do patrimônio arqueológico na contemporaneidade. A própria ausência ou insuficiência de recursos financeiros estatais para gestão e proteção dos sítios arqueológicos pode ser elencada como

forte agravante. Nos países em desenvolvimento, o desejo de se proteger os recursos culturais compete com outras necessidades econômicas e sociais, como fome, epidemias e guerras. Aliado a isso, a falta de profissionais treinados, os marcos legais frágeis e os mecanismos de fiscalização deficientes, mais curativos do que preventivos (CAMERON, 2000), bem como a manutenção de uma rede de comércio ilícito de bens arqueológicos, que envolvem casas de leilões e museus, são outros fatores que desafiam diretamente a proteção do patrimônio cultural.

Na esteira da rápida destruição do registro arqueológico, profissionais socialmente engajados propuseram uma série de medidas práticas que começam a frutificar e a desafiar as atividades lesivas que tanto preocupam a arqueologia. É ponto comum que os principais mecanismos para se combater a destruição dos bens culturais (CAMERON, 2000) são o efetivo cumprimento da legislação, consubstanciado com as políticas públicas na área de educação para a cultura. A arqueologia, enquanto uma das áreas do conhecimento que lida com o patrimônio cultural, pode tornar-se uma arma poderosa, principalmente ao focar em processos educacionais sólidos, que aproximam a sociedade de suas *práxis*.

A ideia de que a arqueologia é feita porque ela instrui, educa, estimula e leva os povos a entenderem as realizações da humanidade em uma escala temporal, que envolve a unidade simbólica das populações da terra em termos de suas raízes comuns (TILLEY, 1998), deve ser difundida a todos os cidadãos, pois sem o envolvimento público nunca existirá um efetivo apoio social. E sem suporte social, dificilmente poderão existir políticas públicas culturais que fomentem o cumprimento da legislação, a gestão e o estímulo a programas de pesquisas que visem descobrir, conhecer, proteger e difundir o patrimônio arqueológico (MC GIMSEY III, 1972).

No caso específico tratado por este artigo, o alvorecer do século XXI marcou a retomada dos estudos arqueológicos no Maranhão. Tal assertiva pode soar incompressível, haja vista existirem dois Estados limítrofes ao Maranhão nos quais pesquisas contínuas e profícuas vêm sendo realizadas desde muitas décadas, a exemplo do Pará, com os primeiros estudos datando do século XIX, capitaneados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi; e o Piauí, com um *boom* nas pesquisas desde a chegada da Missão Franco-Brasileira, na década de 1970, que atuam na região da Serra da Capivara e Serra das Confusões, e que deram origem à Fundação e ao Museu do Homem Americano e aos dois cursos de graduação em Arqueologia,

sendo um na Universidade Federal do Piauí e o outro na Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Nesse contexto, após décadas de desconhecimento, o potencial arqueológico do Maranhão é novamente descoberto e mais de uma dezena de pesquisas começaram a ser realizadas nas diversas microrregiões desse Estado, especialmente naquelas voltadas para o licenciamento ambiental de obras que necessitam de autorização ambiental para sua implantação.

Segundo dados de Bandeira (2018), a pesquisa arqueológica aplicada ao licenciamento ambiental corresponde a mais de 95% da prática arqueológica no Maranhão, estimulada pelo ciclo de crescimento econômico brasileiro dos últimos anos. Não obstante, projetos acadêmicos e de longa duração começam a modificar o panorama da arqueologia maranhense, a exemplo de *Sambaquis do Maranhão* (BANDEIRA, 2013a); *Arqueologia e patrimônio cultural das Reentrâncias e Baixada Maranhense* (BANDEIRA, 2016), *Vivendo sobre as águas* (FILHO, 2012) e *O povo das águas: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense* (NAVARRO, 2013).

Nesse contexto, as décadas sem investigações arqueológicas sistemáticas no Maranhão ocasionaram em um total desconhecimento por parte da sociedade sobre os povos que habitavam o Estado antes da chegada dos europeus. Isso resultou, conseqüentemente, na falta de identidade da população com os remanescentes materiais oriundos de um Maranhão pré-colonial. Tal particularidade teve implicações diretas com a proteção do patrimônio arqueológico maranhense, sempre preterido em relação ao legado colonial ibero-americano, este considerado como Patrimônio Cultural da Humanidade. Quando se pensa em políticas de proteção ao patrimônio cultural, o descaso resulta na destruição acelerada dos sítios arqueológicos por todo o Estado.

Ao tomar, por exemplo, a situação dos sambaquis, esses sítios vêm sendo destruídos no Brasil desde o período colonial. Fontes de matérias-primas para diversas atividades, as conchas e os restos ósseos já foram utilizados na construção dos primeiros núcleos urbanos, onde esses materiais eram queimados em grandes caieiras e transformados em cal. Além disso, muitos sambaquis foram desmontados para obtenção de entulhos para a pavimentação de estradas e aterros ou para aplainamento de aclives ou declives topográficos.

Mesmo com a rígida legislação federal para proteção de sítios arqueológicos no Brasil, a exemplo da Lei Federal nº 3.924, de 1961, que em sua gênese teve a

preocupação com a proteção específica dos sambaquis, esses sítios estão entre os mais vulneráveis por diversos aspectos. Um deles é a sua localização privilegiada, pois estão assentados em locais de intensa pressão urbana, como as áreas costeiras e as praias. Outro aspecto é a composição desses sítios, formados por milhares de metros cúbicos de conchas e terra preta, atraindo o interesse de agricultores, que realizam seus cultivos nessas áreas, ou de jardineiros, que utilizam da terra preta, extremamente fértil, em projetos paisagísticos, ou ainda dos granjeiros e produtores de frangos e porcos, que buscam nos restos conchíferos uma fonte de cálcio para seus animais.

Em relação ao Maranhão, a destruição dos sambaquis na Ilha de São Luís é conhecida desde as pesquisas de Raimundo Lopes, no início do século XX. Ele alertava para a importância desses assentamentos pré-históricos para compreensão da ocupação do litoral maranhense e propunha medidas para sua preservação. Sua ação pioneira resultou no tombamento federal pelo IPHAN do sambaqui do Pindaí, em São José de Ribamar (Inscrição n° 6 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico / Processo 211 -T-39, de 19 de outubro de 1940).

Outro arqueólogo que também abordou a problemática da destruição dos sambaquis da Ilha de São Luís foi Mário Ferreira Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi, nas décadas de 1970 e 1980, no âmbito do *Projeto São Luís*, no qual narrou sobre o estado lastimável dos sambaquis, inclusive comparando-os com o grau de deterioração dos sambaquis estudados por ele no Pará (SIMÕES, 1981a, 1981b). Fazendo coro aos trabalhos de Simões, Olavo Correia Lima, em sua obra síntese sobre a pré-história maranhense, na década de 1980, também alertou para a destruição dos sambaquis para extração de matéria-prima, onde eram frequentemente descobertos fósseis humanos, e que os trabalhadores destruíam supersticiosamente (LIMA; AROSO, 1989).

Caracterização do estado de preservação e medidas para proteção dos assentamentos remanescentes

Conforme abordado anteriormente, será apresentado neste artigo um diagnóstico do estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís – Maranhão e que irá considerar os sítios oficialmente registrados no Sistema de

Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional². O intervalo de observação dos sítios ocorreu de 2004 a 2015, no âmbito do Projeto *Sambaquis do Maranhão*, que deu suporte para a elaboração dos trabalhos de mestrado e doutorado de Bandeira (2008, 2013). Esse farto material, no entanto, não foi apresentado formalmente, pois a investigação focava no processo de formação do registro arqueológico e em suas relações com a cultura material cerâmica.

Trata-se, portanto, de uma abordagem inédita pelo viés da análise qualitativa, consubstanciada com observações empíricas realizadas ao longo de mais de 10 anos, que possibilitaram cruzar tais informações com a documentação bibliográfica levantada e as informações orais dos moradores próximos aos sítios. De posse desses dados, foi utilizada como referência de coleta a Ficha de Registro de Sítio Arqueológico do IPHAN (IPHAN, 2018) para caracterização do estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís, considerando o grau de integridade, o estado atual de conservação, os fatores de destruição e as medidas de controle.

Segundo o site do IPHAN, existem cadastrados para o Maranhão a ocorrência de dez sambaquis, sendo que oito deles foram cadastrados por Mário Ferreira Simões, no âmbito do *Projeto São Luís*, e dois deles foram cadastrados por Arkley M. Bandeira, no âmbito do *Projeto Sambaquis do Maranhão*. É importante frisar que, em alguns casos, as informações sobre a localização dos sambaquis só estavam disponíveis nos processos do IPHAN, sendo que a maioria deles não está acessível ao grande público até o momento. Logo, a localização do sítio se baseou em indicações da localidade na Ficha do CNSA (que não apresentam as coordenadas geográficas), em informações bibliográficas ou em indicações orais coletadas entre os moradores nas cercanias dos sambaquis.

Alguns sítios não foram identificados, mesmo com a sua localização conhecida, como é o caso do sambaqui do Iguaíba. Em outras situações, o local indicado correspondia a presença do sítio, mas só foram encontrados poucos vestígios, como é o caso do sambaqui do Pindaí e Boa Viagem. Alguns sítios se situaram nos locais indicados por diferentes fontes de informação, mas foram sendo destruídos sistematicamente até o presente, como é o caso do Sambaqui da Maiobinha. Outros sítios ainda possibilitaram pesquisas arqueológicas, a exemplo dos sambaquis do Bacanga, Iguaíba, em Paço do Lumiar e Panaquatira.

QUADRO 1**Sambaquis referenciados na Figura 1**

Item	Sigla	Nome do Sítio	Município	Região
1	SBG	Sambaqui do Bacanga	São Luís	Golfão Maranhense
2	SMB	Sambaqui da Maiobinha	São Luís	Golfão Maranhense
3	SVV	Sítio Vinhais Velho	São Luís	Golfão Maranhense
4	SQP	Sambaqui do Quebra Pote	São Luís	Golfão Maranhense
5	SGP	Sambaqui do Gapara	São Luís	Golfão Maranhense
6	SMN	Sítio Maracanã	São Luís	Golfão Maranhense
7	SPD	Sambaqui do Pau Deitado	São Luís	Golfão Maranhense
8	SPQ	Sambaqui da Panaquatira	São José de Ribamar	Golfão Maranhense
9	SPD	Sambaqui do Pindaí	São José de Ribamar	Golfão Maranhense
10	SSN	Sambaqui do Sarnambi	São José de Ribamar	Golfão Maranhense
11	SSL	Sambaqui Salinas	São José de Ribamar	Golfão Maranhense
12	SAS	Sambaqui Alto do Sarnambi	São José de Ribamar	Golfão Maranhense
13	SFZ	Sambaqui Fazendinha	São José de Ribamar	Golfão Maranhense
14	SPL	Sambaqui do Paço do Lumiar	Paço do Lumiar	Golfão Maranhense
15	STD	Sambaqui do Tendal	Paço do Lumiar	Golfão Maranhense
16	SMV	Sambaqui do Marval	Paço do Lumiar	Golfão Maranhense
17	SMJ	Sambaqui do Mojó	Paço do Lumiar	Golfão Maranhense
18	SIB	Sambaqui do Iguaíba	Paço do Lumiar	Golfão Maranhense

O Quadro 2 descreve as informações coletadas no site do IPHAN, em documentação bibliográfica e empiricamente, com foco nos aspectos abordados pelo autor, a exemplo do grau de integridade IPHAN; grau de integridade de outras fontes de informação; estado atual de conservação; fatores de destruição natural; fatores de destruição antrópico e medidas de preservação e manutenção da integridade.

QUADRO 2

Caracterização dos Sambaquis da Ilha de São Luís – MA

Sítio	Município	Grau de integridade IPHAN	Grau de integridade de outras fontes	Estado atual de conservação (observação empírica)	Fatores de destruição natural	Fatores de destruição antrópico	Medidas de preservação e manutenção da integridade
Maiobinha MA-SL-4	São Luís	Entre 25 e 75%, em decorrência da construção de casas.	Parcialmente destruído e bastante perturbado (SIMÕES e COSTA, 1978).	Destruído, resta um monte de conchas empilhadas por trator.	Erosão.	Retirada de terra preta, construção civil, uso para colocação de lixo e construção de estrada e comércios.	Permissão dos proprietários de chácaras próximas ao sambaqui para realização de sondagens, coleta de material arqueológico, proteção das áreas remanescentes.
Pindai MA-SL-5	São Luís/ São José de Ribamar	Menos de 25%, em virtude da construção de casas e estradas.	Bastante perturbado, com a abertura de estradas foi cortado e praticamente destruído (SIMÕES e COSTA, 1978).	Destruído. Há camadas de conchas esparsas na estrada e um pouco abaixo da superfície atual.	Erosão e enchentes.	Abertura de estradas, roças e construção civil.	Oficinas educativas sobre arqueologia e os sambaquis e sensibilização dos agricultores para achados arqueológicos. Apuração junto ao Ministério Público Federal das responsabilidades pela destruição de um bem cultural tombado pelo Governo Federal.
Iguaíba MA-SL-8	Paço do Lumiar	Menos de 25%, devido à retirada de conchas.	Muito perturbado (SIMÕES e COSTA, 1978).	Não localizado.	-----	-----	Localização e averiguação do grau de integridade do sítio.
Tendal MA-SL-9	Paço do Lumiar	Menos de 25%, devido à retirada de conchas.	Praticamente destruído (SIMÕES e COSTA, 1978).	Destruído, resta apenas montes de terra preta e conchas.	Erosão.	Plantação de coqueiros, roças, extração de terra preta.	Coleta do material arqueológico de superfície e localização de áreas preservadas em terrenos murados.
Marval MA-SL-10	Paço do Lumiar	Menos de 25%, sem indicação de dano.	Praticamente destruído (SIMÕES e COSTA, 1978).	Destruído, aflorando lentes de conchas.	Erosão e cupinzeiros.	Roças, construção de casas e extração de terra preta.	Sensibilização dos moradores para preservação dos achados arqueológicos acidentais.
Pau Deitado MA-SL-11	São José de Ribamar	Menos de 25%, devido à retirada de conchas.	Praticamente destruído, coberto por arbustos e palmeiras (SIMÕES e COSTA, 1978).	Destruído, com cerâmica e lentes de conchas dispersas.	Erosão e raízes.	Roças, construção de casas e abertura de estradas.	Sensibilização dos moradores, por meio de sua associação comunitária, para preservação de outros sítios existentes na área e localização de remanescentes desse sambaqui.
Boa Viagem MA-SL-6	São José de Ribamar	Menos de 25%, sem indicação de dano.	O que resta do sambaqui ocupa área irregular de 50m (SIMÕES e COSTA, 1978).	Destruído, com conchas e cerâmica presentes em algumas áreas.	Erosão.	Retirada de terra preta, roças e loteamento do terreno.	Denúncia junto ao IPHAN de imobiliárias que estão loteando áreas do sambaqui para venda. Atividades de educação patrimonial com a comunidade do entorno do sítio e com os frequentadores da praia.
Jaguarema MA-SL-7	São José de Ribamar	Menos de 25%, sem indicação de dano.	Os resíduos do antigo sambaqui encontram-se coberto por arbustos e palmeiras (SIMÕES e COSTA, 1978).	Semidestruído, com grande quantidade de material cerâmico aflorando entre as camadas de conchas.	Erosão, cupinzeiros e raízes da vegetação.	Retirada de terra preta, construção de estradas e loteamento do terreno.	Denúncia junto ao IPHAN dos extratores de areia que adentram o sambaqui com caçambas e das imobiliárias que lotearam a área para venda. Pesquisa em locais ainda preservados e atividades de educação patrimonial com os frequentadores da praia

Bacanga MA-00108	São Luís	Mais de 75%, devido a atividades agrícolas e vandalismo.	Mais de 75%, protegido por se encontrar dentro de uma Unidade de Conservação (BANDEIRA, 2013b).	Pesquisado por Bandeira. Localiza-se no Parque Estadual do Bacanga, fiscalizado pela Guarda Ambiental (BANDEIRA, 2008).	Erosão e raízes das árvores.	Pressão imobiliária das invasões do entorno do Parque, extração de terra e retirada de material arqueológico.	Pesquisa arqueológica, atividades de educação patrimonial associada a oficinas de educação ambiental já existentes.
Panaquatira MA00102	São José de Ribamar	Entre 25 e 75%, em virtude da construção de estrada, atividades agrícolas e construção de moradias.	Cerca de 50%, por se encontrar protegido por cerca e portões (BANDEIRA, 2013b).	Pesquisado, encontra-se delimitado por cercas e portões para evitar o acesso (BANDEIRA, 2013b).	Erosão e raízes das árvores.	Roças, construção de casas e extração de terra preta.	Pesquisa arqueológica, atividades de educação patrimonial e efetivação da fiscalização pela Polícia Federal.

Com base no Quadro 2, percebe-se que os alertas feitos por Raimundo Lopes desde 1930, perpassando pelos relatórios de Simões e equipe na década de 1970 e pelas pesquisas isoladas de Olavo Correia Lima, entre 1980 e 1990, sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís não foram suficientemente importantes para despertar o interesse dos poderes públicos para preservação e manutenção desse valiosíssimo patrimônio cultural.

FIGURA 2

Construção de um muro sobre o Sambaqui da Panaquatira



Foto: Arkley Bandeira, 2005.

FIGURA 3

Estrada que atravessa o Sambaqui da Panaquatira ao meio, com a indicação de locais de extração de conchas



Foto: Arkley Bandeira, 2006.

FIGURA 4

Queimada realizada no Sambaqui do Marval



Foto: Arkley Bandeira, 2006.

FIGURA 5

Queimada realizada no Sambaqui do Marval com a exposição de muitos materiais cerâmicos



Foto: Arkley Bandeira, 2006.

FIGURA 6

Utilização de terra preta e conchas em um canteiro de plantio nas proximidades do sambaqui do Pindaí



Foto: Arkley Bandeira, 2005.

FIGURA 7

Preparação de adubo com terra preta e conchas retiradas do sambaqui do Pindaí



Foto: Arkley Bandeira, 2007.

FIGURA 8

Exposição de conchas por processos erosivos no sambaqui da Boa Viagem



Foto: Arkley Bandeira, 2012.

FIGURA 9

Plantação de coqueiros na área do sambaqui do Pau Deitado



Foto: Arkley Bandeira, 2012.

FIGURA 10

Construção de edificações sobre o sambaqui do Tendal



Foto: Arkley Bandeira, 2012.

FIGURA 11

Pavimentação de estrada com as conchas do sambaqui da Jaguarema



Foto: Arkley Bandeira, 2012.

Ao tomar como exemplo o sambaqui da Maiobinha, referenciado pela literatura desde os primeiros apontamentos sobre a arqueologia maranhense de Raimundo Lopes, a destruição é uma máxima que acompanha a arqueologia maranhense.

A descoberta do Sambaqui da Maiobinha foi feita por Raimundo Lopes, conforme relato:

Em 1921 efetuei uma das minhas visitas àquelas antigalhas, acompanhado dos meus alunos do Liceu Maranhense, os quais conduzi também em excursões escolares ao “sambaqui da Maiobinha” e ao “Outeiro da Cruz”, onde existe um cruzeiro comemorativo ao combate do Cutim, travado entre lusos-maranhenses e holandeses. (LOPES, 1937, p. 82)

Esse mesmo sítio foi descrito por Raimundo Lopes (1970) em *Uma região tropical*, publicado originalmente em 1916:

Os sambaquis da Maiobinha e Pindaí, por nós estudados, ficam ambos no interior da Ilha do Maranhão. O da Maiobinha, na zona das cabeceiras desse rio e a 8,5km da costa livre e a 10 km do alcance da maré no vale do rio e a 3,5km da vila do Anil, aonde chega a maré mas as águas são contravertentes às do lugar do sambaqui – é o mais eloqüente atestado, em contraste com a atual invasão do mar, de um antigo “recuo da linha da costa”, pois a sua camada, mais ou menos uníforme, de conchas marinhas de 2 a 2,5m de espessura, apresenta vestígios arqueológicos numerosos mas só na parte superior. O do Piandaí, no vale do rio São João, tem características análogas; são, pois sambaquis mistos de superposição normal, de vestígios arqueológicos a antigo banco de concha natural. Os sambaquis, os dados geológicos e a coexistência atual, na Ilha, de uma costa com altas dunas (ao norte) e de esteiros, de mangais, levam-nos a ver, nas transformações desses litorais, uma luta constante e multissecular, com fases de maior sedimentação, correspondentes às de clima mais seco, e nas quais o tipo de costa arenosa, de sedimentação eólica, ganhou terreno sobre o da costa vasosa, de erosão estuarina. (LOPES, 1970, p. 22)

Em artigo publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, ficou evidente o risco de destruição do sambaqui da Maiobinha causado pelo crescimento da cidade de São Luís em direção a São José de Ribamar e as possíveis medidas a serem tomadas, conforme relato de Raimundo Lopes:

No caso especial da Maiobinha, o sambaqui, situado à distância de uma légua apenas da vila suburbana do Anil, que é atualmente o ponto terminal dos bondes da capital maranhense, presta-se admiravelmente ao papel de jazida típica e até turística. A melhoria

da estrada que por ele passa, assim como, pelo sambaqui do Pindaí, e termina em S. José de Ribamar, onde se celebra tradicional romaria, seria a providência primordial. A construção de um pouso na Maiobinha e de uma estrada que, demandando a belíssima praia do Olho d'Água, completasse a rede rodoviária local, seria o bastante para dar ao interior da Ilha uma acessibilidade econômica e turística de grande alcance para o desenvolvimento da cidade. O preparo, no talude à beira da estrada, de um córte do sambaqui onde pudessem ser vistas as suas camadas características, sob abrigo conveniente, ficando o resto protegido por um revestimento relvoso, faria dessa jazida uma verdadeira lição prática sobre a natureza e as origens indígenas. (LOPES, 1937, p. 88)

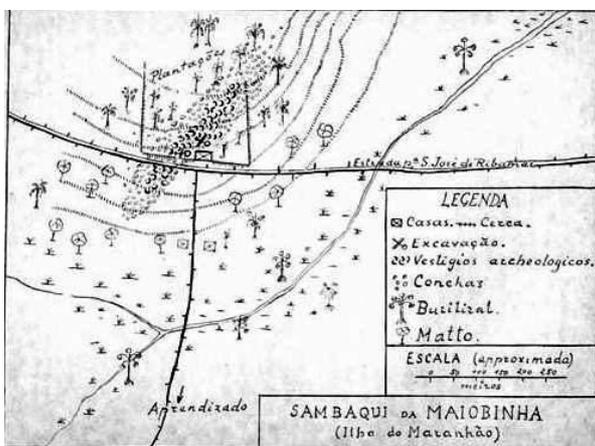
Nessa mesma Revista, Heloísa Alberto Torres também mencionou questões preservacionistas sobre o sambaqui da Maiobinha:

Em São Luiz do Maranhão, foi demolida pela estrada, parte do sambaqui da Maiobinha, estudado pelo sr. Raimundo Lopes, e que revela interesse singular, na série de variantes que os conchais representam. (TORRES, 1937, p. 18)

Sobre tal situação, Lopes (1937, p. 94) recomendou: “impõem-se urgentemente, a proibição de caieiras e quaisquer depredações nos sambaquis e outras jazidas contendo crânios e artefactos indígenas. Indicamos como especialmente digno de urgentes providências e medidas complementares, o sambaqui da Maiobinha, no Maranhão”.

FIGURA 12

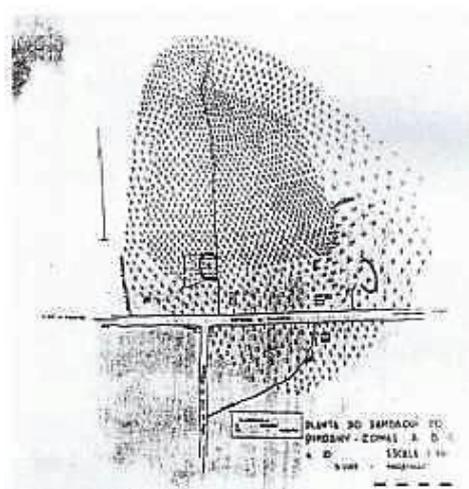
Mapa do Sambaqui da Maiobinha



Autor: Raimundo Lopes, 1937.

FIGURA 13

Planta do Sambaqui da Maiobinha



Autor: Igor Chmyz, s.d.

Nova menção ao sambaqui da Maiobinha e a outros sítios existentes na região foi feita pelo etnógrafo Curt Nimuendajú que, em correspondência ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira, escreveu em carta de 23 de setembro de 1928:

Hoje, porém como é domingo, resolvi dar um passeio. Tomei a Kodak embaixo do braço e fui com o bonde para o Anil. De lá continuei a pé a esmo pela estrada afora que vai a São José de Ribamar. Capoeiras, sítios sonolentos, um negro com um cofo, poeira, duas negrinhas, areia, um solão abraçador, uma negra com um cofo, etc. etc. O passeio começou a enfadar-me e pensei em voltar. Mas, de repente: -?! - !!! Cacos de louça de índio!!! O chão todo salpicado de fragmentos de conchílios!!! Tudo isso nos barrancos ao lado da estrada onde passava placidamente um negro velho com dois cofos:

‘Hein, colega? Como se chama este lugar aqui?’

‘Maiobinha’

Sem ter a menor intenção de me ocupar com investigações arqueológicas eu tinha dado de nariz no Sambaqui da Maiobinha!

Eu me lembrava malmente que Raimundo Lopes (aí tinha rebentado o cordão da máquina, de maneira que só pude continuar a carta. (NIMUENDAJÚ, 2000, p. 18)

Na continuação da carta ao Sr. Carlos Estevão de Oliveira, o pesquisador retomou a descrição sobre o sambaqui da Maiobinha em 26 de setembro de 1928:

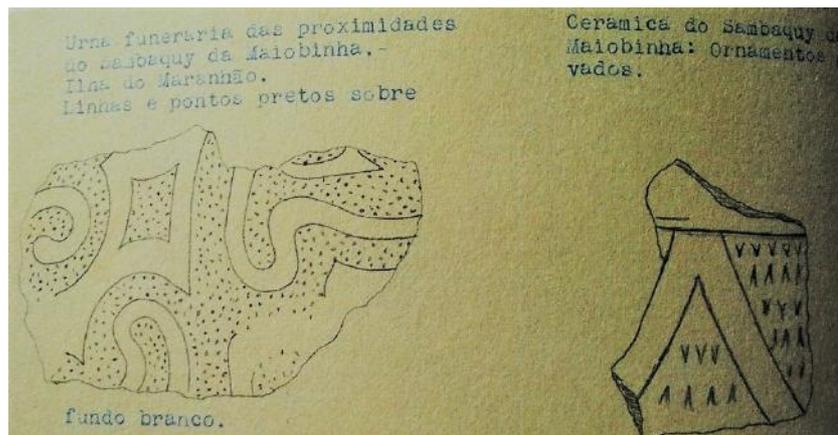
Pois como eu ia dizendo: só tinha uma vaga lembrança que Lopes mencionava este sambaqui no seu trabalho sobre as estearias. Resultado: consegui num só sítio um monte de cacos pintados provenientes de uma igaçaba. O velho que descobriu ela teve a péssima lembrança de soltar diversos ‘Diabos’ quando tirou-a do buraco. Conseqüência: o dinheiro virou todo em obra de 1 quilo de pó amarelo, e o velho, justamente indignado com esta transformação, vingou-se na igaçaba bem vingado, quebrando-a bem miudinha. Mesmo assim achei muito interessantes ornamentos naqueles cacos. Consistem de labirintos e volutas de linhas e pontinhos de tinta preta sobre fundo de esmalte branco, e barras vermelhas. Arrumei mais três instrumentos de pedra. Estas coisas foram encontradas na beira do dito sambaqui. A louça que se acha misturada com os conchílios é quase toda lisa e, quando enfeitada, os ornamentos são gravados. Disseram-me que foram encontradas outras igaçabas lisas e sem pintura dentro do próprio sambaqui. Todas as igaçabas aí encontradas serviram para enterro secundário: aquela da qual eu trouxe os fragmentos podia ter tido uns 60 cm de diâmetro no máximo. Todas pertencem claramente às (diversas?) populações pré-tupi da Ilha. (NIMUENDAJÚ, 2000, p. 118)

Outros relatos sobre o sambaqui da Maiobinha só ocorreram 50 anos depois, com as pesquisas de Mário Ferreira Simões, na década de 1970, conforme nos informaram Olavo Correia Lima e Olir Correia Lima Aroso, em *Pré-História Maranhense*:

Foi justamente Raimundo Lopes (1916) quem primeiro estudou os sambaquis maranhenses, encontrando neles cultura cerâmica lítica. Seguiram-se os estudos de Braulino de Carvalho, no Cutim do Padre; as prospecções de Silvestres Fernandes, em Cururupu. As pesquisas estratigráficas se iniciaram com Mário Simões e Correia Lima, na Maiobinha. Nessa mesma época, Simões ainda pesquisou um sambaqui em Iguaíba. Correia Lima pesquisou sambaquis em Tutóia (1979), em Araisos (1979), em Ribamar (1972), em Iguaíba (1980), Turu (1979), Quebra-potes (1985), Bacanga (1981), Peria (1979-85), Anajatuba (1979), etc. (LIMA e AROSO, 1989, p. 75)

FIGURA 14

Reprodução de fragmentos cerâmicos encontrados no entorno do sambaqui da Maiobinha feita por Curt Nimuendajú, em 14 de outubro de 1928, para o seu colega Carlo Estevão



Sobre as descobertas efetuadas no sambaqui da Maiobinha, os autores relataram:

Em 1971, estive pesquisando na Ilha de São Luís, o arqueólogo Mário Simões. Ao leva-lo ao sambaqui Raimundo Lopes (Maiobinha) combinou com Correia Lima que este ficaria com a parte “palenteológica” e aquele com a arqueológica. Teve sorte: no meio de uma trincheira 2, foi encontrado um fóssil de mulher e, logo depois, outro de uma criança de 6 anos. O sambaqui Raimundo Lopes, como denominou Correia Lima em homenagem ao nosso arqueólogo, fica na Maiobinha, há trezentos metros da Forquilha, na Rodovia de Ribamar, defronte da entrada do Horto Florestal ou antigo aprendizado. Como fica dentro da Grande S. Luís, serve-nos de sambaqui-escola, sendo visitado duas vezes por anos, pelos nossos alunos, para conhecer praticamente um sambaqui. (LIMA e AROSO, 1989, p. 75)

De acordo com as informações realizadas de forma empírica sobre o sambaqui da Maiobinha, esse sítio foi sistematicamente sendo destruído por distintos fatores. Primeiro, conforme apresentado no levantamento bibliográfico, os impactos no sítio iniciam-se com a construção da antiga estrada de São Luís até São José de Ribamar. Essa estrada, primeiramente, foi feita de terra batida e aterrada com as conchas advindas dos sambaquis da região, inclusive, do Maiobinha. Até a década de 1970, era uma área rural com a existência de muitos sítios e chácaras.

O asfaltamento da estrada atraiu comércios e a constituição dos primeiros bairros na região, o que contribuiu com o adensamento populacional, a partir da década de 1980. Muitas casas e comércios foram construídos sobre o sambaqui da Maiobinha. Nesse momento, a área do sítio também foi usada como depósito de lixo e para retirada de terra preta, conforme os registros a seguir.

FIGURA 15

Plantação de feijão na área do sambaqui da Maiobinha



Foto: Arkley Bandeira, 2005.

FIGURA 16

Construção de um galpão sobre o sambaqui da Maiobinha, com a extração da camada de concha



Foto: Arkley Bandeira, 2006.

FIGURA 17

Construção de um muro sobre o sambaqui da Maiobinha e utilização da área ao lado como lixo



Foto: Arkley Bandeira, 2008.

FIGURA 18

Construção de uma vala na área do sambaqui da Maiobinha, expondo materiais arqueológicos



Foto: Arkley Bandeira, 2013.

Alguns apontamentos para reversão da problemática de destruição dos sambaquis da Ilha de São Luís

258

Conforme abordado no item anterior, a destruição dos sambaquis na Ilha de São Luís fere todos os princípios legais brasileiros e internacionais³, além de negar para as futuras gerações o direito de conhecerem e protegerem sua história e memória. Mas como pensar a prática arqueológica alinhada com estímulos ao envolvimento público?

Pelo viés do conhecimento, a ausência de pesquisas sobre esses testemunhos do passado e de políticas públicas que estimulem o reconhecimento desses bens como patrimônios culturais valiosos para a nação, frutos da longa história humana, privam a sociedade do conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (HORTA et al., 1999). Nesse contexto, muitas informações foram obtidas nos trabalhos de Bandeira (2008, 2013a) nos sambaquis do Bacanga, Panaquatira, Paço do Lumiar e Vinhais Velho, que resultaram em idades bastante antigas para as ocupações sambaquieiras e a cerâmica, em torno de 6.600 anos antes do presente, estando entre os tipos cerâmicos mais antigos da América.

Pelo viés da educação, o estabelecimento de um currículo formal para o ensino infantil, fundamental e médio, que aborde temas transversais às diferentes disciplinas, usando-se como referência o conhecimento produzido pela arqueologia, seria uma ótima experiência para aproximar esse campo do saber da formação escolar. Nesse contexto, para as classes iniciais, a inserção de temas relacionados às matrizes ancestrais do povo brasileiro, antes do contato com o europeu, já seria um primeiro passo, pois forneceria um suporte básico para o reconhecimento da formação pluriétnica do país.

A sensibilização de jovens em idade escolar para questões relacionadas à identidade, à diversidade, à etnicidade, à preservação, à conservação, à cidadania, ao respeito às minorias, à participação política, entre outros, usando como elemento o saber arqueológico, desmistificaria a disciplina como uma área do conhecimento voltada para o exótico e despreocupada com o presente. Pelo contrário, abriria caminho para a participação ativa e consciente dos indivíduos e coletivos na proteção dos testemunhos materiais de suas matrizes ancestrais.

Como bem afirmou Philip Rahtz (1989), a educação formal é um meio de preparar o terreno, pois a partir da escola, os aspectos tangíveis e práticos da arqueologia podem ser trabalhados. O estabelecimento e fortalecimento de uma educação voltada para a formação de cidadãos conscientes de seu papel político facilitaria a inserção das principais preocupações da arqueologia pública em âmbito escolar e, provavelmente, possibilitaria a implementação de medidas alternativas para preservação do patrimônio em outros espaços de formação, como o não formal e informal. Para estes dois últimos campos, exemplos muito frutíferos advêm da Inglaterra e dos Estados Unidos por meio da participação pública da sociedade no campo não acadêmico, com o engajamento ativo de organizações cívicas, de atividades corporativas e de sociedades de arqueólogos amadores (REDMAN, 2005).

Nesse contexto, a vinculação da arqueologia com a educação pode lançar as bases para o aumento do interesse público pela disciplina. Logo, é de suma importância a multiplicação das formas de comunicação e extroversão do conhecimento produzido por esse campo, mas que sejam palatáveis ao grande público. Os museus, *sites*, jornais, revistas, canais televisivos, programas de rádio, cinema, aplicativos e jogos eletrônicos são ferramentas essenciais que devem ser consideradas pelos educadores e arqueólogos, pois atingem diferentes audiências.

A esse respeito, um ponto importante que deve ser considerado, além de ser um dos principais desafios a ser enfrentado pelos profissionais envolvidos com a construção de pontes com o público, é a desmistificação de que a arqueologia não produz apenas achados e descreve evidências, mas que constrói ideias (FUNARI, 2004). Outro agravante é que as principais iniciativas ligadas à divulgação do conhecimento arqueológico no Brasil são feitas no âmbito de educação não formal e informal, em ações de Educação Patrimonial aplicada a pesquisas arqueológicas realizadas em atividades de licenciamento ambiental. Com isso, o caráter sistemático, processual e avaliativo do ensino-aprendizagem dificilmente será alcançado em ações pontuais e concentradas em um curto espaço de tempo associado à implantação de determinado empreendimento.

Nesses casos, a responsabilidade social e política da arqueologia em participar de diferentes contextos são temas que devem ser alcançados, pois uma sociedade crítica, bem informada e participativa são aspectos essenciais para a proteção dos bens arqueológicos, visto que isso tem relação direta até com a sobrevivência da arqueologia enquanto campo do conhecimento, considerando que seus principais objetos de estudo são finitos e não renováveis. Logo, como bem alertou Rahtz (1989), os bens arqueológicos precisam sobreviver aos agentes destrutivos da natureza e da moderna sociedade industrial, portanto, os arqueólogos não podem ser dar ao luxo de ficarem isolados, sob pena de arriscar ainda mais o frágil patrimônio arqueológico na contemporaneidade.

Considerações finais

A legislação brasileira sobre os bens de valores culturais, sobretudo, os protegidos por medidas de acautelamento, é clara e rigorosa quanto à destruição do patrimônio cultural nacional. Mecanismos para sua implementação devem ser maleáveis e permitirem o apoio da sociedade civil. Resta agora que os gestores do patrimônio cultural se desvinculem da burocracia estatal e busquem realizar ações integradas com os demais interessados na salvaguarda dos sítios arqueológicos nacionais.

Conforme exposto, os órgãos de preservação do patrimônio cultural brasileiro em todas as esferas de poder não podem se eximir do seu papel de gestor dos bens arqueológicos, sobretudo quando esses correm risco de destruição, como foi

apresentado neste artigo. Logo, a inserção de uma arqueologia pública como vetor de proteção e de preservação dos bens arqueológicos maranhenses e como um viés para uma educação voltada para o reconhecimento e a valorização de bens culturais das matrizes formadoras da população deve estar atrelada a qualquer projeto de pesquisa que venha a ser realizado no Estado.

O pacto do que se deve preservar e como se preservar em matéria de patrimônio cultural tem relegado à própria sorte muitos sítios arqueológicos no país. Algo que era distante aos olhos públicos, mas que começa a ser divulgado, graças à rapidez dos meios eletrônicos, são as denúncias sobre ações destrutivas aos bens culturais, especialmente os sítios arqueológicos. As redes sociais disseminam e aglutinam temas que alcançam da escala individual até os coletivos organizados em torno de questões que afetam a sociedade. No espaço virtual, a arqueologia pode e deve exercer grande protagonismo.

No caso do Maranhão, o patrimônio arqueológico ainda divide a atenção dos órgãos públicos com o rico acervo arquitetônico colonial europeu que já vem sofrendo com a falta de políticas públicas efetivas para a sua proteção. Um aspecto positivo é que, no caso dos sambaquis maranhenses, os sítios que estão sendo impactados encontram-se na Ilha de São Luís, local da capital do Estado e onde se situam os órgãos de proteção, além disso, muitos assentamentos encontram-se próximos uns dos outros, o que facilitariam as ações de fiscalização e de punição dos responsáveis pela destruição dos sítios.

Conforme citado, para além de um amplo programa de fiscalização, umas das alternativas seria o envolvimento público por meio da gestão compartilhada ou elaboração de um amplo projeto de educação, que envolva as esferas públicas e privadas, na sensibilização da população para o reconhecimento de sua herança cultural.

A promoção dos sambaquis maranhenses poderia resultar também em ações positivas que estimulariam a curiosidade sobre tais assentamentos, pois é ponto comum entre os educadores voltados ao patrimônio cultural que a sociedade não pode se identificar e preservar algo que ela não conhece. Um primeiro passo seria o envolvimento da população que habita as cercanias dos sambaquis, usando como fulcro projetos comunitários que trabalhem conceitos que considerem esses sítios arqueológicos como fragmentos de cenários do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificações ao longo do tempo, e que funcionam como chaves

para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós (HORTA, 2003). Outro ponto a ser trabalhado é a comunicação e a extroversão do conhecimento arqueológico para amplas audiências e em outros espaços, ocupando museus, galerias, exposições, feiras, etc. Por fim, os arqueólogos também devem estar atentos para o que é repassado para o público em matéria de arqueologia, logo, a construção de parcerias com jornalistas e agentes culturais é de suma importância para promoção e preservação do patrimônio arqueológico.

Conforme exposto, considera-se a participação pública um mecanismo essencial para proteção e preservação dos sítios arqueológicos. Nesse contexto, a arqueologia deve exercer o protagonismo em tais questões sob risco de ficar isolada e desconectada das pautas contemporâneas, pois como bem observou Rahtz (1989), o patrimônio arqueológico necessita da colaboração do fazendeiro, do garimpeiro, do mateiro..., pois um público informado não destrói o seu passado.

NOTAS

1. Para mais informações, consultar alguns documentos internacionais, a exemplo da Recomendação de Nova Délhi, sobre a conservação de monumentos, sítios e obras do passado, de 1956; Carta de Veneza, sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, de 1964; Carta de Lausanne, sobre a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, de 1990.
2. O SGPA foi concebido em 1997 com o objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios, das coleções arqueológicas e do registro da documentação arqueológica produzida, subsidiando as ações de gerenciamento, em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924/61. O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA apresenta os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados no IPHAN, com todo o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos (IPHAN, 2018).
3. Para mais detalhes, consultar: Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924>. Acesso em: 1 jan. 2018; BRASIL. Constituição de 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 8 mar. 2018; Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil]. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 8 mar. 2018; Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Regulamenta os pedidos de permissão para desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018; Instrução Normativa IPHAN nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Arkley Marques. *Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís – Maranhão*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

_____. *Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*. São Paulo, 2013a. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

_____. O papel da arqueologia nos conflitos decorrentes de ocupações irregulares no Sambaqui da Panaquatira – São José de Ribamar – MA. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 7, n. 2, p. 41-60, 2013b.

_____. *Projeto de identificação e mapeamento dos sítios arqueológicos vinculados aos grupos indígenas e quilombolas nas Reentrâncias e Baixada Maranhense*. UFMA: São Luís, 2016.

_____. Políticas públicas culturais e a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: perspectiva histórica. *Revista de Políticas Públicas*. *Revista de Políticas Públicas*. UFMA, v. 22, p. 259-284, 2018.

BRODIE, Neil; TUBB, Kathryn Walker. *Ilicit antiquities- the theft of culture and the extinction of archaeology*. *One World Archaeology*, n. 42. London, New York: Routledge, 2002.

CAMERON, Catherine M. The destruction of the past nonrenewable cultural resources. In: BAYMAN, James M.; STARK, Mirian T. (Ed.). *Readings in archaeology: exploring the past*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000, p. 529-547.

CLARKE, David. *Archaeology: the loss of innocence*. *Antiquity*, London, n. XLVII, p. 6-18, 1973.

CLEERE, Henry F. *Archaeological heritage management in the modern world*. *One World Archaeology*, v. 9. London: Unwin Hyman, 1990.

FILHO, Deusdedit Carneiro Leite. *Vivendo sobre as águas*. Documentário. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=cphna&id=22>. Acesso em: 25 fev. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Mixed features of archaeological theory in Brazil. In: UKCO, Peter J. (Ed.) *Theory in Archaeology a world perspective*. New York, London: TAG Routledge, 1995, p. 236-205.

_____. Destruction and conservation of cultural property in Brazil academic and practical challenges. In: LAYTON, Robert; STONE, Peter G.; THOMAS, Julian (Ed.). *Destruction and conservation of cultural property*. *One World Archaeology*, v. 41. London; New York: Routledge, 2001a, p. 93-1001.

_____. Public archaeology from Latin American perspective. *Public Archaeology*, v. 1, n. 4, p. 239-243, 2001b.

_____. Public Archaeology in Brazil. In: MERRIMAN, Nick (Ed.). *Public Archaeology*. London, New York: Routledge, 2004.

GNECCO, Cristóbal. Escavando arqueologias alternativas. *Revista de Arqueologia*. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2012, v. 25, n. 1, p. 8-23, 2012.

HODDER, Ian. *Reading the Past*. Cambridge: Cambridge Press, 1986.

_____. *The archaeological process: an introduction*. United Kingdom: Blackwell Publishers, 1999.

HORTA, Maria Lourdes Parreira et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria Lourdes Parreira. Educação Patrimonial - PGM 3. Os monumentos e Centros Históricos. In: SALTO para o futuro, TV Escola. Disponível em: <http://www.Tvebrasil.com.br/salto/boletim_2003/ep/pgm3.htm>. Acesso em: 20 mar. 2003.

IPHAN. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 8 mar. 2018.

LIMA, Olavo Correia; AROSO, Olir Coreia. *Pré-história maranhense*. São Luís, MA: SIOGE, 1989.

LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: MEC, n. 1, p. 77-106, 1937.

_____. *Uma região tropical*. Coleção São Luís- 2. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MC GIMSEY III, Charles R. *Public Archaeology*. New York, London: Seminar Press, 1972.

MERRIMAN, Nick. *Public Archaeology*. London, New York: Routledge, 2004.

NAVARRO, Alexandre Guida. Arqueologia da Baixada Maranhense: o caso das estearias. *Cadernos de Pesquisa*. São Luís: UFMA, v. 20, n. 3, p. 1-8, 2013.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Cartas do Sertão de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

RAHTZ, Philip. *Convite à arqueologia*. Trad. Luiz Orlando Coutinho Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

REDMAN, Charles L. Archaeology returns to the public. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, André; STOVEL, E. (Ed.). *Global Archaeological theory contextual voices and contemporary thoughts*. London: Softcover, 2005, p. 499-506.

SCHIFFER, M. B. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SIMÕES, Mário Ferreira. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Nova Série*, Belém, n. 78, 1981a.

_____. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Suplemento Acta Amazônica*, v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981b.

TILLEY, Christopher. Archaeology as socio-political action in the present. In: WHITLEY, David S. (Org.). *Reader in archaeology post-processual and cognitive approaches*. New York, London: Routledge, 1998, p. 305-330.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.

TORRES, Heloísa Alberto. A. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: MEC, n. 1, p. 77-106, 1937.

UCKO, Peter John. Introduction: archaeological interpretation in a world context. In: UCKO, Peter J. (Ed.). *Theory in archaeology*. London: Routledge, 1995.

Arkley Marques Bandeira é Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas: História e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), câmpus de Pinheiro, no Maranhão, Brasil. Mestre e Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Como citar:

BANDEIRA, Arkley Marques. Arqueologia Pública e a preservação do patrimônio cultural pré-colonial maranhense: diagnóstico sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís – Maranhão. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 238-265, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.